Aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, na reunião da CACDLG de 26 de abril de 2022 PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Recebido na CACDLG por e-mail a 20-04-2022

Registo I_COM1XV/2022/7 em 20/04/2022

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Como é do conhecimento geral, a situação de guerra na Ucrânia tem vindo a causar um afluxo inesperado de refugiados a diversos países europeus. Portugal não é exceção.

Apesar da distância geográfica que separa os dois países, o facto de haver já em Portugal uma comunidade ucraniana significativa, torna o nosso país um destino possível para muitas pessoas que buscam refúgio em outros países.

É um dever humanitário indeclinável que Portugal cuide de acolher condignamente essas pessoas. Nesse contexto, há preocupações que devem ser consideradas.

É sabido que perante a fragilidade que caracteriza em geral a situação das pessoas refugiadas, há quem não hesite em explorar essa situação e têm surgido preocupantes denúncias de situações de tráfico de seres humanos em diversos países. Em Portugal, há também quem prontamente se disponibilize a aproveitar a vinda de refugiados para o preenchimento de postos de trabalho com baixos salários.

Por outro lado, são conhecidas as situações muito precárias em que os refugiados vivem em Portugal, assim como as diversas insuficiências no processo de acolhimento. Importa garantir que os cidadãos ucranianos que procuram refúgio entre nós sejam tratados com dignidade e que esta vaga de refugiados seja também uma oportunidade para o nosso país elevar as condições de acolhimento, para que todos os que cá se refugiem sejam tratados com dignidade, independentemente da sua proveniência.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a audição urgente nesta Comissão da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, responsável pela Área da Igualdade e Migrações, para prestar esclarecimentos acerca do estatuto legal e das condições de receção e acolhimento de refugiados em Portugal.

Assembleia da República, 20 de abril de 2022

A Deputada

Alma Rivera